

ACÓRDÃO CJP Nº 0228-11/10

VOTO

No exercício do controle de legalidade a PGE/PROFIS interpõe Representação ao CONSEF para que proceda à redução do valor da infração 01, relativa à exigência do ICMS por antecipação parcial, julgado procedente em parte pela JJF, no valor de R\$ 1.469,61, conforme Acórdão JJF nº 0089-01/09, às fls. 287 e 288 dos autos, para o valor de R\$ 1.358,82, conforme demonstrado no Parecer técnico de fls. 331 dos autos, uma vez que restou comprovado que o autuante considerou documentação estranha ao autuado, em relação às notas fiscais de fls. 310 a 315 dos autos.

De fato, da análise das peças processuais, mais precisamente do levantamento de fl. 277 dos autos, do qual se fundamentou o Acórdão da JJF, verifica-se que as Notas Fiscais de nº 878773, 489546, 489568, 22028, 48561 e 181611, às fls. 310 a 315 dos autos, compõem indevidamente o débito exigido no mês de maio de 2004, no valor de R\$ 110,79, uma vez que tais documentos fiscais foram destinados à empresa José Ribeiro Nunes, pessoa diversa do sujeito passivo desta ação fiscal.

Assim, como o Acórdão da JJF se fundamentou na revisão do levantamento realizado pelo autante, quando da sua informação fiscal de fls. 273 a 279 dos autos, mantendo o valor parcial de R\$ 1.469,61 para a infração 1, sendo: R\$ 110,79 para o mês de maio de 2004; R\$ 973,59 para o mês de junho de 2004; R\$ 330,09 para o mês de julho de 2004 e R\$ 55,14 para o mês de novembro de 2004, e uma vez comprovado que no débito exigido relativo ao mês de maio de 2004 existem diversas notas fiscais estranhas ao PAF, conforme consignado no Parecer PGE/PROFIS/ASTEC nº. 65/09, à fl. 331, os valores relativos a estas notas fiscais devem ser excluídos do valor exigido do mês de maio de 2004, o que elimina o ICMS de R\$ 110,79, inerente ao aludido mês.

Quanto às demais notas fiscais colacionadas aos autos pelo sujeito passivo, às fls. 316 a 323, também com destinatário diverso do autuado, por se referirem ao mês de março de 2004, cujo período não é objeto do valor remanescente consignado no Acórdão da JJF, não podem ser objeto de exclusão, como bem pontuou o Parecer técnico.

Do exposto, voto pelo ACOLHIMENTO da Representação da PGE/PROFIS ao CONSEF, no exercício do controle de legalidade, para reduzir o valor da infração 1, consignada no Acórdão JJF de nº 0089-01/09, de R\$ 1.469,61 para R\$ 1.358,82, consoante demonstrado à fl. 331 dos autos, remanescendo o débito no valor de R\$15.930,89.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de julho de 2010.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO - RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO-SÉ - REPR. DA PGE/PROFIS